

FRANCISCO CARVALHO CAPECHE

ECONOMIAS TRANSICIONAIS: O SUCESSO BÁLTICO

Monografia apresentada ao curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas,
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Atuária, Universidade de São
Paulo, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Manuel Enriquez Garcia
Coordenador: Rafael de Vasconcelos Xavier
Ferreira

SÃO PAULO – SP

2022

FRANCISCO CARVALHO CAPECHE

ECONOMIAS TRANSICIONAIS: O SUCESSO BÁLTICO

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em ciências econômicas.

**Orientador: Manuel Enriquez Garcia
Coordenador: Rafael de Vasconcelos Xavier Ferreira**

SÃO PAULO – SP

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Carvalho Capeche, Francisco

ECONOMIAS TRANSICIONAIS: O SUCESSO BÁLTICO – São Paulo, 22.

36 páginas

Área de concentração: Economias Transicionais.

Orientador: Manuel Enriquez Garcia.

Monografia – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo.

1.Economias transicionais; 2. Desenvolvimento; 3. Instituições

Dedico este trabalho a minha família, minha mãe Tatiana, meu pai Angelo e meu irmão Angelo, por todo apoio que me deram no decorrer do curso. Também dedico este trabalho a Giovanna, que esteve ao meu lado e me apoio nos momentos mais difíceis.

Gostaria de dedicar meu falecido avô, que sempre estimulou a curiosidade e conhecimento em seus neto

“The curious task of economics is to demonstrate to men how little they really know about what they imagine they can design”

F. Hayek.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	V
RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVO.....	9
2 CONCEITOS INICIAIS	10
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	10
2.2 DIFERENÇAS INICIAIS ENTRE AS ECONOMIAS.....	11
3 QUESTÕES ESPECÍFICAS.....	16
3.1 QUESTÃO GEOGRÁFICA	16
3.2 REFORMAS	17
3.3 ESTABILIDADE.....	19
3.4 DEMOCRACIAS GERAM MELHORES RESULTADOS?	21
3.5 CAPITAL HUMANO.....	23
3.6 INVESTIMENTO E COMÉRCIO	25
4 CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE 1 - GRÁFICOS INDIVIDUAIS DE PIB	31
APÊNDICE 2 - INFLAÇÃO ANUAL POR PAÍS, ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR	34

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DIVISÃO DE REGIÕES ESTUDAS	12
TABELA 1 - ANO DE TRANSIÇÃO.....	13
GRÁFICO 1 - PIB (DÓLARES DE 2015 - CONSTANTE) - INDEXADO PELO ANO DE TRANSIÇÃO.	14
TABELA 2 - IDH AO LONGO DOS ANOS.	15
TABELA 3 - RECURSOS NATURAIS E PIB PER CAPITA.	16
TABELA 4 - ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO.....	18
GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE DEMOCRACIA - MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.	21
GRÁFICO 3 - GASTOS COM EDUCAÇÃO (% DO PIB)- MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.	23
GRÁFICO 4 - GASTOS COM EDUCAÇÃO (% DE GASTOS DO GOVERNO)- MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.	24
GRÁFICO 5 - INDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA - (PONDERADO POR PIB).	25
GRÁFICO 6 - FLUXO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (PONDERADO PELO PIB).	26
TABELA 5 - FACILIDADE EM EXPORTAR.....	26

RESUMO

ECONOMIAS TRANSICIONAIS: O SUCESSO BÁLTICO

O trabalho analisa o desenvolvimento econômico de países que passaram por regimes comunistas, separando-os em 3 grupos (Antiga União Soviética, Outros Países Europeus e Bálticos). O objetivo da análise é verificar que caminhos foram importantes para o desenvolvimento báltico, enfatizando a ótica institucional de Acemoglu, complementando sua visão com outros autores. A comparação entre países tomou caráter generalista, com visões específicas sobre o assunto desenvolvidas nos artigos citados. Conclui-se que países com democracias e instituições fortes, aliados a reformas que tragam liberdade econômica e controle fiscal parecem gerar um ambiente propício para o desenvolvimento. Adicionalmente o capital humano se torna chave no nos aumentos de produtividade que propulsionam o crescimento. Controlou-se características como abundância de recursos naturais, que parecem não ser condição necessária para o desenvolvimento

Descritores: 1. Economias transicionais; 2. Desenvolvimento; 3. Instituições

Códigos JEL: F43 O43 P21 O57

ABSTRACT

TRANSITIONAL ECONOMIES: THE BALTIC SUCCESS.

The paper analyzes the economic development of countries that went through communist regimes, separating them into 3 groups (Former Soviet Union, Other European Countries and Baltics). The objective of the analysis is to verify which paths were important for Baltic development, emphasizing Acemoglu's institutional perspective, complementing his vision with other authors. A comparison between countries took on a general character, with specific views on the subject developed in the cited articles. It is concluded that countries with democracies and strong institutions, combined with reforms that bring economic freedom and fiscal control, seem to generate an environment conducive to development. Additionally, human capital becomes key in the productivity increases that drive growth. Characteristics such as abundance of natural resources were controlled, and do not seem to be a necessary condition for development.

Key words: Transitional Economies; Economic development; Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Passados 30 anos da queda do muro de Berlim, um dos ícones da transição de economias centralizadas do bloco oriental, continua-se o debate sobre quais estratégias e/ou reformas trouxeram prosperidade às economias em transição. A clássica disputa de gradualismo contra radicalismo ainda não terminou, e dificilmente terminará, já que mesmo em um horizonte de tempo considerável e com grande volume de dados, dificilmente encontra-se um padrão preciso e replicável para o sucesso de uma nação. Entretanto, baseando-se nos conceitos de instituições inclusivas e instituições extrativistas (Acemoglu e Robinson, 2002), complementando com análises e modelos de outros autores, o trabalho tem como finalidade analisar as razões para o grande sucesso dos países bálticos em relação a outras economias transicionais.

A ótica institucional de Acemoglu traz uma nova perspectiva sobre a estruturação das economias pós-comunistas, dado que em um curto período de tempo teve-se a construção de países radicalmente diferentes de seus antecessores. Pela amplitude do tema, não é do escopo da análise a profunda e minuciosa discriminação de todos os aspectos de cada uma das vinte e cinco economias estudadas. Limita-se à linhas gerais porém fundamentadas com dados e artigos que tratam do tema com especificidade.

Embora não trabalhados e citados diretamente, conceitos como a vantagem comparativa de David Ricardo, se fazem presentes ao se observar o desenvolvimento em países abertos ao comércio. Adicionalmente introduz-se o conceito de liberdade política, unindo o resultado de instituições inclusivas com a manutenção das mesmas. Neste quesito a análise introduz dados sobre democracia, níveis de corrupção e processos estabilizadores, que refletem na formação de instituições inclusivas.

Ao final deste estudo, pode-se concluir que a implementação de reformas iniciais e um ambiente pró-negócios parece ter sido chave para o desenvolvimento econômico e social do grupo destacado.

1.1 OBJETIVO

Este trabalho busca avaliar:

1. Quais características levaram ao sucesso dos Bálticos?
2. Qual a relação entre instituições e desenvolvimento?
3. O desenvolvimento depende de questões endógenas como recursos naturais?

2 CONCEITOS INICIAIS

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.

Ao final da segunda-guerra mundial, a União Soviética anexou os estados bálticos previamente controlados pela Alemanha Nazista, integrando esses territórios em seu sistema econômico centralizado. Caracterizado por uma economia planejada, com peços rígidos e controlados pelo estado, a anexação foi um marco para às repúblicas bálticas, que esperariam 50 anos para serem independentes novamente.

O modelo centralizado teve resultados mistos, já que ao mesmo tempo que provia estabilidade monetária e incentivos a industrialização, as repúblicas perderem sua autonomia e sofreram com a estagnação econômica sob Brezhnev e Andropov. E mesmo a estabilidade monetária era consequencia do pesado controle de preços. O mesmo resultava de excesso monetário, em que apesar de terem recursos, compradores não conseguem adquirir bens por pura falta de oferta, causada internamente pela política de preços rígidos.

A taxa de inflação registrada na União Soviética, medida pelos índices de preços oficiais, tem sido, tradicionalmente, extremamente baixa. No período 1960-80, o índice de preços no varejo (que é, em grande parte, uma medida dos preços praticados nos mercados oficiais) permaneceu basicamente inalterado, embora tenha aumentado pouco mais de um por cento ao ano na última década. Isso, é claro, reflete a difusão dos controles de preços.
(COTTARELLI, 1991, p.4 tradução nossa)

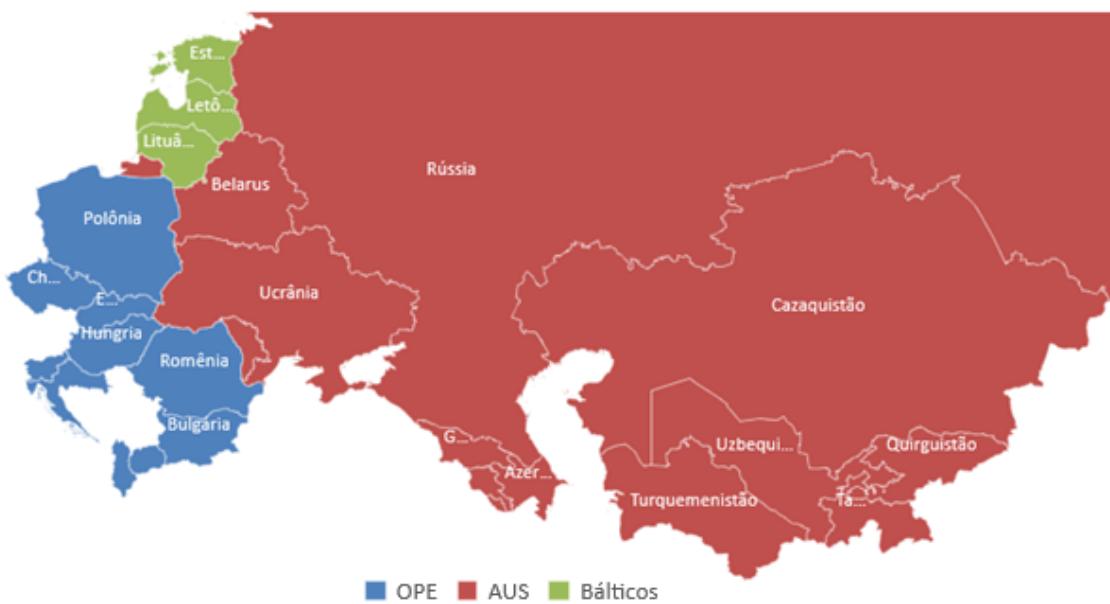
2.2 DIFERENÇAS INICIAIS ENTRE AS ECONOMIAS.

Antes de iniciar a análise, é necessário definir alguns conceitos para ter-se uma comparação mais justa entre as economias, já que, ao fazer uma comparação simples entre países acaba-se por misturar períodos de transição e modelos de governo diferentes. A primeira e principal definição é a divisão dos países estudados em três grupos:

- Países da Antiga União Soviética (AUS) com exceção dos países Bálticos:
- Países Bálticos
- Outros Países Europeus (OPE), composto por países que passaram por sistemas socialistas/comunistas, porém não eram parte da União Soviética¹

¹ Alguns países que compunham o bloco oriental foram retirados da análise por serem recentes (Sérvia, Bósnia), terem sido incorporados por outros países (Alemanha Oriental) ou não serem totalmente reconhecidos (Kosovo). Logo com o propósito de manter a qualidade da análise e ter bases comparáveis, esses países foram retirados sem grande prejuízo às comparações aqui feitas.

FIGURA 1 - DIVISÃO DE REGIÕES ESTUDADAS



Esta divisão foi escolhida por apresentar algumas vantagens, como a proximidade geográfica dos países, similaridades em seu processo de transição e padrões observados pós-transição. Para estudos com enfoque em assuntos específicos pode-se dividir os grupos em subcategorias para melhor observar a diferença entre os países. Aqui, porém, a divisão em três regiões é propícia por se tratar de assuntos variados e ter uma visão generalista da transição econômica.

Outra divisão importante a se levar em conta é o ano em que ocorreu tal transição, dado que a queda no produto interno ocorre principalmente nos primeiros 2-3 anos, logo deve-se observar esse quesito na comparação entre as economias. Considera-se o primeiro ano após a queda do regime comunista como o ano de transição da economia. Esta medida, porém, não é exata, sendo que, em alguns casos, as mudanças políticas já haviam começado anos antes. No caso dos Bálticos, a mudança começou em meados de 1988, em que, devido à pressão política, houve a troca dos líderes do partido comunista local com visões conservadoras (Karl Vaino na Estônia, Boris Pugo na Letônia e Ringaudas Songaila

na Lituânia), por políticos mais populares e com visões liberais² (Vaino Väljas, Jānis Vagris e Algirdas Brazauskas respectivamente) (ULFELDER, 2004). Mesmo com essas mudanças, os Bálticos só conseguiram sua independência efetiva ao final de 1991. Assim, considera-se que a transição econômica se deu em 1992. Para mais detalhes observe a tabela 1.

TABELA 1 - ANO DE TRANSIÇÃO.

Grupo	País	Ano de Transição
AUS	Armênia	1992
AUS	Azerbaijão	1992
AUS	Bielorrússia	1992
AUS	Geórgia	1992
AUS	Cazaquistão	1992
AUS	Quirguistão	1992
AUS	Moldávia	1992
AUS	Tajiquistão	1992
AUS	Turcomenistão	1992
AUS	Ucrânia	1992
AUS	Uzbequistão	1992
AUS	Rússia	1992
Bálticos	Estônia	1992
Bálticos	Letônia	1992
Bálticos	Lituânia	1992
OPE	Albânia	1991
OPE	Bulgária	1991
OPE	Croácia	1990
OPE	Tchéquia	1991
OPE	Hungria	1990
OPE	Macedônia	1990
OPE	Romênia	1991
OPE	Eslovênia	1990
OPE	Eslováquia	1991
OPE	Polônia	1990

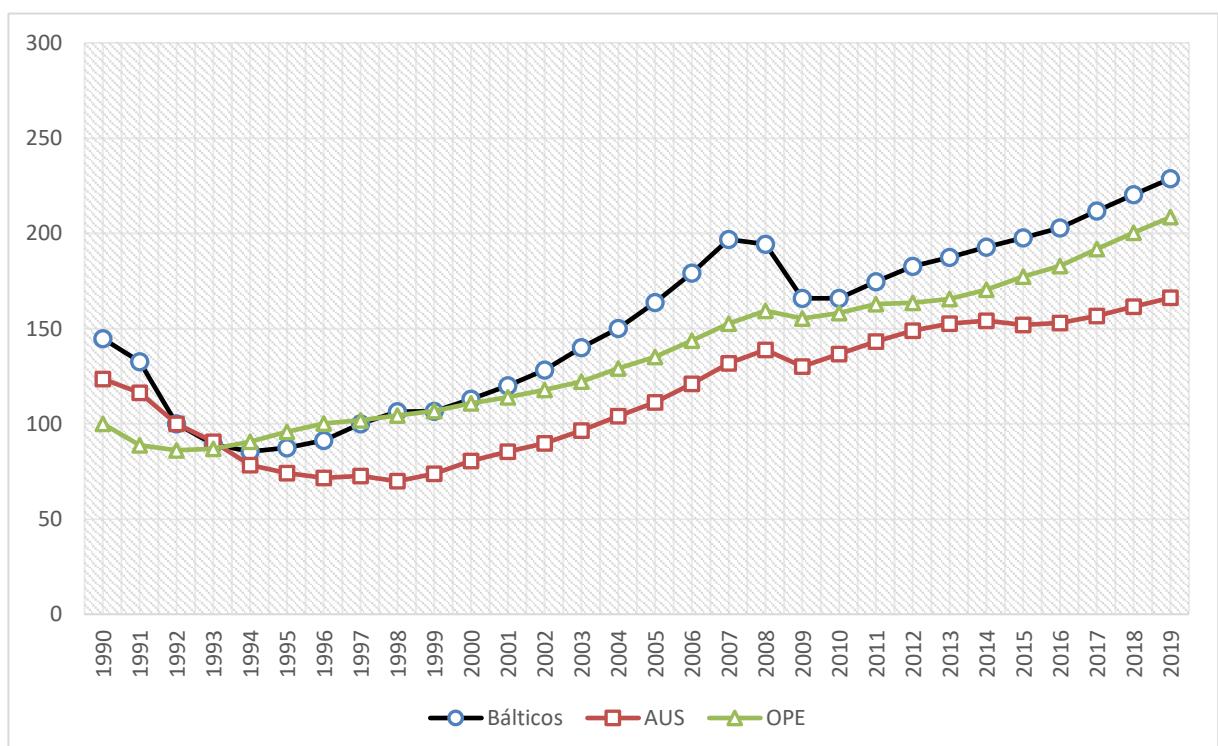
² Visões liberais nesse contexto se refere a um perfil reformista, e em geral buscando distanciamento das decisões centralizadas em Moscow.

Fonte: Elaboração do autor com dados de Fischer, Sahay 2000..

Nota: Ano de transição é definido como o primeiro ano em que o país passou para uma economia de mercado.

Utilizando a divisão dos países em grupos, e tendo em vista os anos de transição apresentados, pode-se calcular o crescimento real das economias indexado pelo ano de transição, e assim comparar quais grupos obtiveram maior sucesso em seu desenvolvimento. Observando o gráfico 1 pode-se notar a queda acentuada no produto dos países Bálticos, seguida de uma rápida recuperação e tendência de crescimento forte até a crise de 2008, em que, novamente, apresentou uma queda mais acentuada que os outros grupos. Já os OPE apresentaram um padrão semelhante ao dos Bálticos, porém suavizado em sua escala, tendo uma queda mais leve e recuperação mais lenta. Por último, os AUS, que tiveram uma transição mais suave, dificilmente recuperaram seu produto ainda nos anos 1990. Em outra seção serão analisadas as estratégias e posições adotadas por esses grupos e como elas influenciaram o comportamento de suas economias.

GRÁFICO 1 - PIB (DÓLARES DE 2015 - CONSTANTE) - INDEXADO PELO ANO DE TRANSIÇÃO.



Fonte: Cálculos do autor com bases do World Bank Development Indicators.

Nota: Ano de transição = 100, com valores ponderados pela participação do PIB do país no grupo.

Outro aspecto importante que se deve considerar na comparação entre o desenvolvimento dos países aqui analisados, é a evolução do IDH. Como se pode notar na Tabela 2, países dos grupos Báltico e OPE apresentaram um crescimento médio superior ao grupo AUS, que quando ponderado pelo PIB, apresentou um crescimento médio de apenas 84 pontos (em comparação com 134 e 139 para os bálticos e OPE respectivamente). Dentro dos grupos é possível observar ainda que países mais democráticos e abertos ao comércio tendem a ter um salto maior em seu IDH, como podemos observar na dispersão do gráfico 2. Alguns *outliers* são observados na amostra, como por exemplo a Bielorrússia que apresenta um crescimento excepcional em seu desenvolvimento, porém ainda mantendo um regime fechado e autoritário e com uma economia demasiadamente centralizada.

TABELA 2 - IDH AO LONGO DOS ANOS.

Grupo	País	Ano Base	IDH - Ano Base	IDH - 2017	Diferença
AUS	Armênia	1990	0,631	0,755	0,124
AUS	Azerbaijão	1995	0,612	0,757	0,145
AUS	Bielorrússia	1995	0,657	0,808	0,151
AUS	Geórgia	2000	0,673	0,780	0,107
AUS	Cazaquistão	1990	0,690	0,800	0,110
AUS	Quirguistão	1990	0,618	0,672	0,054
AUS	Moldávia	1990	0,651	0,700	0,049
AUS	Rússia	1990	0,734	0,816	0,082
AUS	Tajiquistão	1990	0,623	0,650	0,027
AUS	Ucrânia	1990	0,705	0,751	0,046
AUS	Uzbequistão	2000	0,595	0,710	0,115
Bálticos	Estônia	1990	0,733	0,871	0,138
Bálticos	Letônia	1990	0,704	0,847	0,143
Bálticos	Lituânia	1990	0,732	0,858	0,126
OPE	Albânia	1990	0,645	0,785	0,140
OPE	Bulgária	1990	0,694	0,813	0,119
OPE	Croácia	1990	0,670	0,831	0,161
OPE	Tchéquia	1990	0,730	0,888	0,158
OPE	Hungría	1990	0,704	0,838	0,134
OPE	Polônia	1990	0,712	0,865	0,153
OPE	Romênia	1990	0,701	0,811	0,110
OPE	Eslováquia	1990	0,739	0,855	0,116
OPE	Eslovênia	1990	0,767	0,896	0,129

Fonte: Cálculos do autor com a base Human Development Index, do Our World in Data.

Nota: Ano de transição = 100, com valores ponderados pela participação do PIB do país no grupo.

3 QUESTÕES ESPECÍFICAS

3.1 QUESTÃO GEOGRÁFICA

Ao se tratar de desenvolvimento econômico e a comparação entre regiões diferentes, a questão geográfica sempre vem à tona, dado que a presença de recursos naturais em uma nação tenderia a trazer grandes benefícios e um forte fluxo de investimento. Porém deve-se questionar se o determinismo geográfico se aplica à realidade, ou se, por exemplo, a estrutura institucional de um país tem um peso maior em seu desenvolvimento econômico.

Dentre as economias transicionais, nota-se marcadamente a influência dos recursos naturais nos países da antiga união soviética, principalmente na Ásia Central com recursos de petróleo e gás. Essa abundância de recursos não resultou, entretanto, em uma economia mais desenvolvida, já que ao comparar estas regiões com os países Bálticos, que vieram do mesmo regime e tiveram sua transição no mesmo período, é demonstrado na tabela 3 que os Bálticos possuem economias bem mais robustas, mesmo possuindo reservas pouco significantes de recursos naturais.

TABELA 3 - RECURSOS NATURAIS E PIB PER CAPITA.

Categoría	País	Renda dos Recursos Naturais (%PIB)	Renda do Petróleo (%PIB)	PIB Per Capita (Médio)
AUS	Turcomenistão	42,0%	15,7%	\$ 4.401
	Azerbaijão	28,6%	25,6%	\$ 3.975
	Cazaquistão	21,7%	16,1%	\$ 8.357
	Uzbequistão	20,1%	4,2%	\$ 2.076
	Rússia	15,5%	9,9%	\$ 8.123
Bálticos	Estônia	1,5%	0,4%	\$ 15.256
	Letônia	1,4%	0,0%	\$ 11.483
	Lituânia	0,6%	0,1%	\$ 11.476

*Fonte: Cálculos do autor com bases do World Bank Development Indicators

Nota: Renda dos Recursos Naturais é definido como a soma das rendas do petróleo, rendas do gás natural, rendas do carvão (hard e soft), rendas minerais e rendas florestais. (Valor médio em relação ao PIB, 1999-2019). Renda do Petróleo é definida como a diferença entre o valor da produção de petróleo bruto a preços regionais e os custos totais de produção. (Valor médio em

relação ao PIB, 1999-2019). PIB Per Capita médio entre 1999-2019, em moeda constante (Dólares de 2015).

Nota-se, portanto, que condições geográficas favoráveis não são necessárias e/ou suficientes para o desenvolvimento econômico, é preciso instituições que direcionam e garantem o curso do crescimento de uma economia como evidenciado em Acemoglu, Johnson e Robinson (2002).

3.2 REFORMAS

A transformação e o desenvolvimento das economias de mercado nos países do antigo bloco oriental provaram ser mais desafiantes do que se pensava. Entre países, o avanço das reformas se deu em velocidades distintas. A sequência em que as reformas ocorreram, porém, apresentou um padrão semelhante: liberalização de preços, comércio internacional e câmbio pôde ser rapidamente implementada, enquanto reformas regulatórias e legais tiveram um progresso mais lento (ROAF J. et al, 2014).

A orientação e a rapidez da implementação de reformas institucionais podem estar ligadas à transparência dos governos, pois, novamente encontra-se um padrão onde os países Bálticos se aproximam do mundo ocidental e apresentam baixos níveis de percepção da corrupção (logo, pontuam alto no ranking). Os Outros Países Europeus (OPE) do bloco oriental aparecem com uma pontuação mediana, e países da Antiga União Soviética pontuam bem abaixo da média em comparação ao resto da Europa. Devemos levar em conta, porém, que alguns países como Geórgia e Armênia apresentaram um CPI elevado, próximo ao dos OPE. Portanto, a visão agregada pode passar uma falsa imagem do problema da corrupção no bloco.

TABELA 4 - ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO.

Grupo	País	CPI - 1999	CPI - 2021	Diferença
AUS	Geórgia	23	55	32
AUS	Armênia	25	49	24
AUS	Bielorrússia	34	41	7
AUS	Cazaquistão	23	37	14
AUS	Moldávia	26	36	10
AUS	Ucrânia	26	32	6
AUS	Azerbaijão	17	30	13
AUS	Rússia	24	29	5
AUS	Uzbequistão	18	28	10
AUS	Quirguistão	22	27	5
Bálticos	Estônia	57	74	17
Bálticos	Lituânia	38	61	23
Bálticos	Letônia	34	59	25
OPE	Eslovênia	60	57	-3
OPE	Polônia	42	56	14
OPE	Tchéquia	46	54	8
OPE	Slováquia	37	52	15
OPE	Croácia	27	47	20
OPE	Romênia	33	45	12
OPE	Hungria	52	43	-9
OPE	Bulgária	33	42	9
OPE	Macedônia	33	39	6
OPE	Albânia	23	35	12
Grupo		CPI MÉDIA SIMPLES- 2021	CPI MÉDIA PONDERADA PIB- 2021	
AUS		34*	30,4	
Bálticos		64,7	63,7	
OPE		47,0	51,2	

Fonte: Cálculos do autor com bases da Transparency International.

Nota: *Média do grupo AUS inclui o Tajiquistão e Turcomenistão, porém eles não aparecem na tabela por não terem dados para 1999.

3.3 ESTABILIDADE

Com a queda dos regimes comunistas iniciou-se um período de grande instabilidade na europa oriental e ásia central, apresentando um cenário constraintuitivo: Porquê a transição para um econômia de mercado, a princípio mais eficiente, causou forte recessão e descontrole de fatores antes estavéis, como a inflação? Para isso se deve olhar para a dinâmica industrial em uma economia centralizada, onde fábricas muitas vezes tinham apenas um fornecedor de insumos, e um comprador de seus bens. A estabilidade estatal dos contratos não abria espaço para ferramentas como a barganha, e praticamente garantia a compra da produção existente. Entretanto, ao entrar em uma economia de mercado surgem múltiplos fornecedores e compradores (locais e estrangeiros), com preços geralmente mais atrativos. Logo, em cada etapa da produção tem-se a possibilidade de uma quebra na cadeia produtiva, onde produtos que previamente ficariam no mercado local acabam sendo exportados ou direcionados a outras indústrias. Como consequência, quanto mais longas as cadeias de produção de um país pré transição, maiores as chances de uma interrupção em seu ciclo produtivo, gerando assim um choque na oferta de produtos e por consequente quedas econômicas intensivas (BLANCHARD; KREMER, 1998). É possível observar a contrapartida deste padrão em países com indústria incipiente pré-transição, como o Uzbequistão, que apresentava apenas atividades primárias e de pouca especialização como a produção de algodão, por consequente o país sofreu apenas com leves quedas em seu PIB e já apresentava crescimento econômico em 1995 (ZETTELMEYER, 1998).

Com a instabilidade produtiva mencionada acima, surge outro problema em economias transicionais, a inflação por excesso monetário, ou seja, a população tem moeda porém dificilmente encontram os bens que querem adquirir, levando a uma rápida expansão inflacionária. Em geral a maioria dos países conseguiram estabilizar sua inflação até 2000, com muitos ficando abaixo de 10% ao ano e até chegando a deflação (Ver apêndice 2). Mesmo com estruturas econômicas e institucionais bem diferentes, alguns fatores em comum parecem ter contribuído para a estabilização geral das economias transicionais (GRAMONT; SAHAY, 1995).

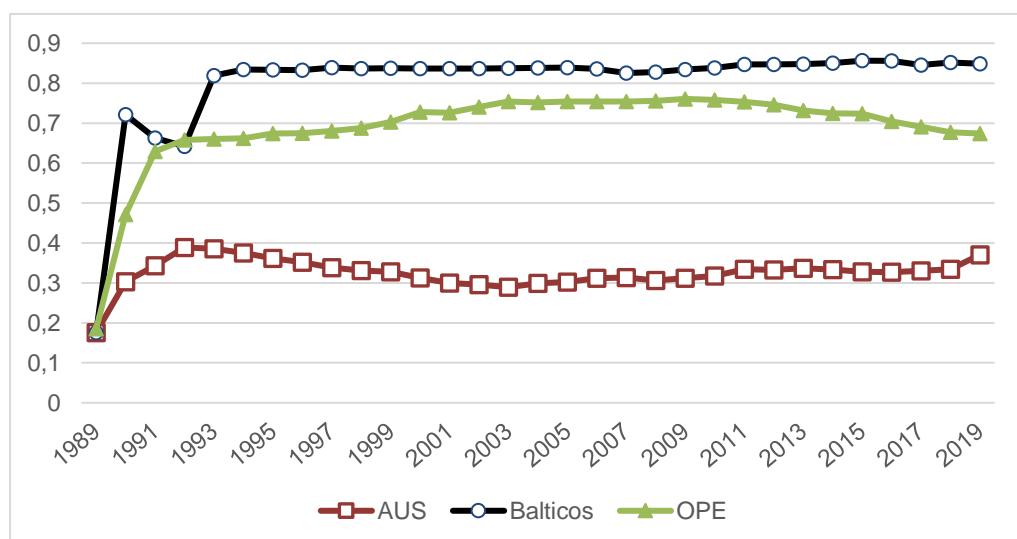
- Lastro monetário: Sahay e Gramont, 1995, encontram que os casos de sucesso na contenção da hiperinflação passaram por algum tipo de “Âncora monetária”, onde o estado mantém uma determinada taxa de câmbio. Essa medida é eficiente por trazer maior confiança nas metas monetárias, além de absover grandes mudanças na velocidade da inflação.
- Responsabilidade fiscal: Ao manter uma estrutura macroeconômica sólida, e um déficit sobre controle, o risco percebido por investidores é menor. Logo, dificilmente ocorrerá fuga de moeda estrangeira, que desestabilizaria a medida de lastro imposta.

Este foi o caso com grande parte dos países analisado, principalmente em relação a primeira medida. Mesmo que muitos não tenham adotado um regime radical de câmbio fixo, a maioria optou por algum nível de rigidez no câmbio aliado a lastros com moedas fortes. Um caso em especial é o da Estônia (1992), Lituânia (1994) e posteriormente Bulgária (1997), que adotaram um comitê monetário (*currency boards*), uma forma extrema de estabilização cambial, onde o país detém pelo menos 100% de seu M0 em moeda estrangeira em suas reservas, logo garantindo a conversão da moeda local pela taxa estabelecida. A adoção desta política implica diretamente na estabilidade monetária, já que qualquer diferença entre o valor da moeda local e a moeda estrangeira seria rapidamente revertida com o uso de reservas. A eficácia dos comitês monetários se deve adicionalmente aos requerimentos para adoção do mesmo, já que está condicionado a responsabilidade fiscal e perda do controle sobre a política monetária da nação, ambos gerando previsibilidade e estabilidade para investidores e consumidores (KORHONEN, 1999) e (GHOSH, 1998).

3.4 DEMOCRACIAS GERAM MELHORES RESULTADOS?

Como se observa no gráfico 2, os países Bálticos e OPE (Outros Países Europeus) mantêm níveis elevados no índice de democracia, e seus avanços neste quesito vêm logo em seguida da transição política de regimes autoritários. Enquanto que, países da Antiga União Soviética (AUS) não conseguiram alcançar um nível comparável de transparência em seus regimes, com exceção de Geórgia e Moldávia que alcançaram níveis semelhantes aos dos OPE, e Armênia que se encontra próxima ao nível Báltico de democracia. O nível de democracia influência como e quais tipos de instituições serão implementados em um país. Afinal, países autocráticos optarão por instituições extrativistas, pois estas ajudam a manter o interesse de grupos com influência política. A transparência no processo eleitoral tende a gerar alternância entre os grupos no poder, e quanto maior essa transparência, mais facilmente estruturas que beneficiam apenas um grupo interessado serão instaladas, já que o governante atual tem o incentivo eleitoral de governar para o maior número possível de pessoas.

GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE DEMOCRACIA - MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.



*Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados do Varieties of Democracy.

Nota: Média simples dos países por grupo.

Adicionalmente, as democracias têm atributos conducentes a um ambiente com melhor adaptabilidade de políticas econômicas do que sistemas autoritários. Sistemas autocráticos tendem a ter maior instabilidade política, e por terem pouca

oposição política oficial, não vêm tanta necessidade de políticas adaptativas, que abordam mais de perto os problemas enfrentados por um sistema político. Assim, quanto mais um sistema de elaboração de políticas incorporar elementos que encorajem um enfoque na identificação e resolução de problemas, mais adaptável e, portanto, menos pontuado serão suas políticas. Alguns dos fatores fundamentais que definem a melhor adaptabilidade de países democráticos para gerar pontuações políticas robustas são a descentralização na elaboração de políticas, a diversidade nos canais de informação e a presença de incentivos para abordar os problemas. (JONES, EPP e BAUMGARTNER; 2019)

Dificilmente tem-se uma demarcação clara destes aspectos em uma economia, entretanto é possível notar que os países com transições mais marcantes são via de regra democracias, enquanto as que permaneceram em um regime autocrático passaram por um processo mais lento, rompendo menos com estruturas antigas. Adicionalmente deve-se levar em conta que a aversão ao risco pode gerar oposição a grandes reformas, como a transição para uma economia de mercado. Um regime autocrático que deseja se manter no poder não teria incentivo de propor tais reformas, dado que mudanças na ordem econômica poderiam minar interesses dos grupos atualmente no poder. (MIGHELI, 2009 apud FIREBAUGH; SANDU, 1998).

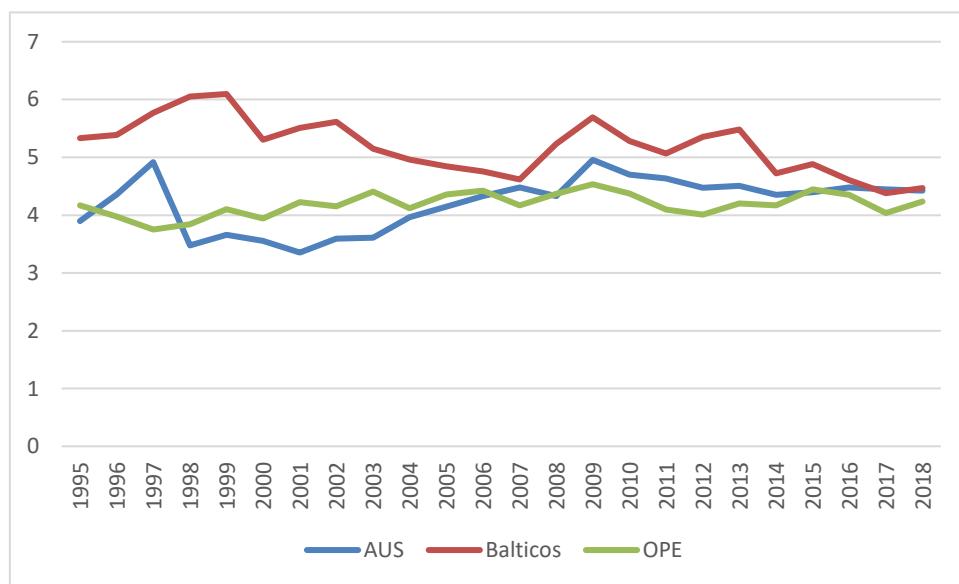
Um grande exemplo da falta de reformas em um regime autocrático é o caso da Bielorrússia, que manteve em grande parte sua estrutura soviética com um enfoque na detenção estatal de grandes empresas. Embora o país tenha observado avanços econômicos e sociais (Ver gráfico 1 e tabela 2), se encontra praticamente estagnado economicamente desde 2010 (Ver apêndice 1).

3.5 CAPITAL HUMANO

Ao se tratar do desenvolvimento econômico não se pode subestimar os impactos da melhora do capital humano. Embora reformas na estrutura comercial e estabilidade fiscal sejam essenciais na formulação deste crescimento, o capital humano é o que garante a formação de um forte e eficiente setor de serviços (algo presente em todas as economias desenvolvidas). Não obstante os investimentos em educação tem efeito similar ao investimento em capital, já que trabalhadores com um maior nível educacional tendem a ter maiores ganhos de produtividade.

“O investimento doméstico e estrangeiro e a educação em todos os níveis são as principais fontes de acumulação de capital real e capital humano. Juntos, bem como separadamente, eles são determinantes importantes da produção por pessoa e do crescimento econômico.”
 (GYLFASON; HOCHREITER, 2008, p.12, tradução nossa)

GRÁFICO 3 - GASTOS COM EDUCAÇÃO (% DO PIB)- MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.



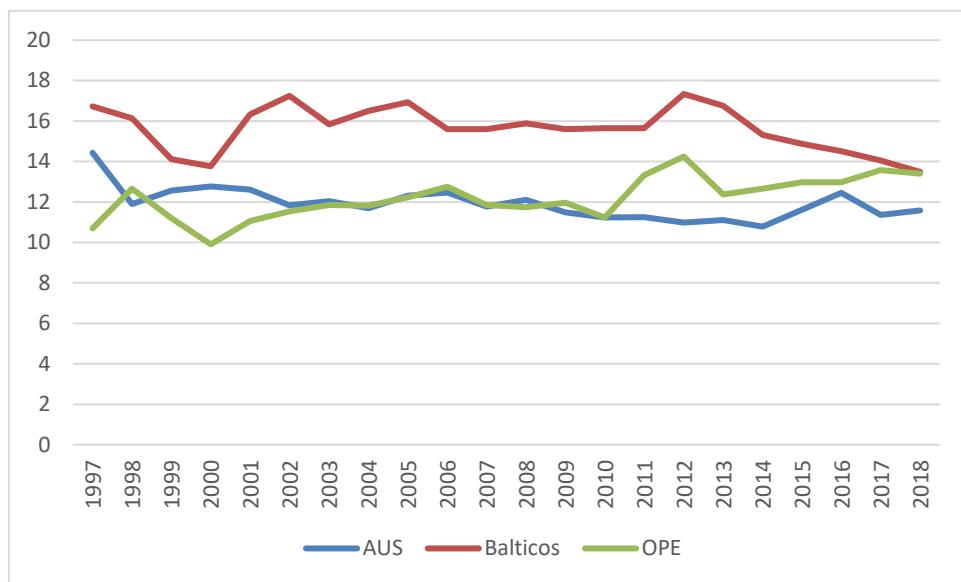
*Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados do World Bank Development Indicators.

Nota: Média simples dos países por grupo.

Como observado no gráfico 3 e 4, neste quesito os Bálticos optaram por um investimento pesado em educação, dada a falta de recursos naturais da região a

opção por um forte setor de serviços além do estabelecimento de polos tecnológicos, foi fundamental para o destaque dos três países.

GRÁFICO 4 - GASTOS COM EDUCAÇÃO (% DE GASTOS DO GOVERNO)-MÉDIA SIMPLES POR GRUPO.



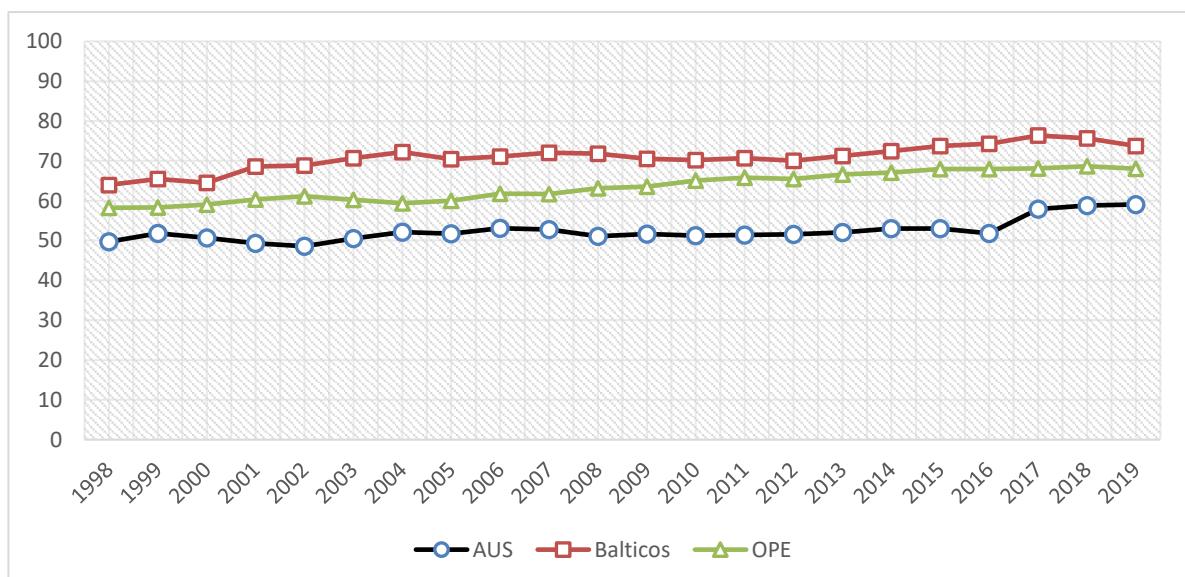
Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados do World Bank Development Indicators.

Nota: Média simples dos países por grupo.

3.6 INVESTIMENTO E COMÉRCIO

Uma das principais características dos países bálticos é sua alta liberdade econômica (Gráfico 5). Uma das consequências dessa liberdade (que indica força das instituições, facilidade de se fazer negócio, estabilidade jurídica) é trazer confiança a investidores estrangeiros, já que mede em partes o risco do país. Com isso, pode-se observar novamente a liderança báltica em relação a fluxos líquidos de investimento estrangeiro (Gráfico 6).

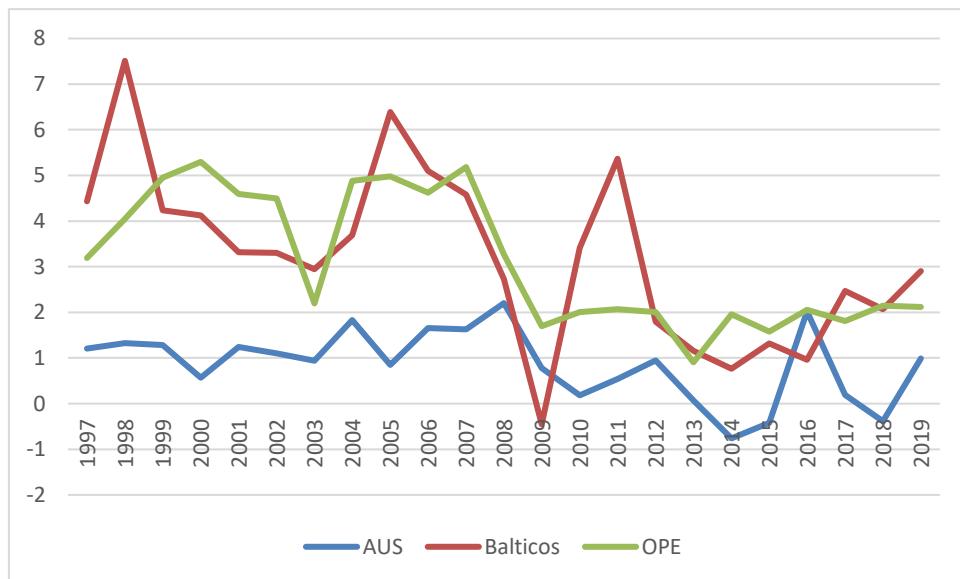
GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA - (PONDERADO POR PIB).



Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados Index of Economic Freedom da Heritage Foundation.

Nota: Média ponderada por PIB.

GRÁFICO 6 - FLUXO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (PONDERADO PELO PIB).



Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados do World Bank Development Indicators.

Nota: Média ponderada por PIB.

TABELA 5 - FACILIDADE EM EXPORTAR.

Grupo	Trading across Borders score	Tempo gasto com exportações (Alfandega - Horas)	Custo com exportações (Alfandega - USD)	Tempo gasto com exportações (Documentação - Horas)	Custo com exportações (Documentação - USD)
AUS	78,5	27,4	208,5	49,3	151,8
Bálticos	97,7	11,0	69,3	2,0	21,0
OPE	95,9	2,4	23,7	1,8	11,9

Fonte: Cálculos do autor com base no banco de dados do World Bank Development Indicators.

Nota: Média simples dos países por grupo.

4 CONCLUSÕES

Embora a definição de um conjunto de regras para o desenvolvimento não seja possível, dado que cada nação deve buscar uma solução estruturada para sua realidade e saber explorar suas vantagens comparativas, a análise aqui desenvolvida demonstra possíveis ações que contribuíram para o desenvolvimento báltico:

- Alto investimento em capital humano, com gastos em educação e especialização da população. Uma população educada é mais eficiente e produtiva, porém para isso é necessário um fluxo significativo de investimento público.
- Promover a estabilidade monetária: Com a adoção de comitês monetários, Estônia e Lituânia conseguiram rapidamente estabilizar suas moedas e demonstrar ao mercado segurança e previsibilidade.
- Prudência fiscal: Para a adoção do comitê monetário é necessário um déficit fiscal controlado, e um governo com intervenção mínima. Além disso o controle das contas públicas onera menos a população e evita a dependência da economia na atividade estatal.
- Democracia e instituições fortes são fundamentais: regimes autoritários dificilmente tem interesse em adotar reformas, quaisquer que sejam, já que podem representar uma ruptura de poder. Observa-se que os grupos mais democráticos obtiveram melhor desempenho econômico, além de promoverem mais reformas.
- Instituições extrativistas, ligadas a índices como o de percepção de corrupção, parecem estar correlacionadas com um menor crescimento econômico e estagnação.
- Fluxos de investimento são atraídos por países reformistas, e podem estar ligados a uma maior abertura comercial.

Em contrapartida, identificou-se a pouca efetividade das seguintes medidas:

- Estabilidade Monetária não está ligada a um perfil reformista, e sim a mecanismos de ancorar a moeda local, criando lastro em moeda estrangeira. Países como a Bielorrússia, com níveis irrisórios de reformas ainda obtiveram rápida estabilização inflacionária.
- Geografia e recursos naturais podem auxiliar, porém não são suficientes para o desenvolvimento. Por muitas vezes, facilitam a instalação de instituições extrativistas ao trazerem rápida riqueza para pequenos grupos.

Em suma o caminho adotado pelos Bálticos teve como princípio o desenvolvimento de seu capital humano, políticas monetárias e fiscais responsáveis, forte perfil reformista e ambiente pró negócios. Este não é um trabalho completo e definitivo, e estudos acerca dos tópicos aqui abordados podem contribuir para um melhor entendimento dos mecanismos de crescimento em economias transicionais.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution. **Quarterly Journal of Economics**, [S. l.], v. 107, p. 1231-1294, 4 nov. 2002. DOI 10.3386/w8460. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w8460>>. Acesso em: 10 out. 2022.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. The Role of Institutions in Growth and Development. **Review of Economics and Institutions**, v. 1, n. 2, 1 out. 2010.

BLANCHARD, O. J.; KREMER, M. **Disorganization**. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=58377>. Acesso em: 15 out. 2022.

FIREBAUGH, G.; SANDU, D. Who Supports Marketization and Democratization in Post-Communist Romania? **Sociological Forum**, v. 13, n. 3, p. 521–541, 1998.

FISCHER, S.; SAHAY, R. **The Transition Economies after Ten Years**. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=228138>. Acesso em: 7 nov. 2022.

GYLFASON, T.; HOCHREITER, E. **Growing Apart? A Tale of Two Republics: Estonia and Georgia**. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1316703>>. Acesso em: 25 mai. 2022

Index of Economic Freedom; Heritage Foundation; Disponível em: <https://www.heritage.org/index/explore?view=by-region-country-year&u=637927418135169871>. Acesso em: 28 jun. 2022

GHOSH, A. R. Currency Boards: The Ultimate Fix? **IMF Working Papers**, v. 98, n. 8, p. 1, 1998.

JONES, B. D.; EPP, D. A.; BAUMGARTNER, F. R. **Democracy, Authoritarianism, and Policy Punctuations**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/irpp/318>>. Acesso em: 03/10/2022

MIGHELI, M. **The two sides of a ghost: Twenty years without the wall**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1orfr2Kiy21h4vWve3hVUO-_24-r3PgGn/view>. Acesso em: 1 nov. 2022.

ROAF, J. et al. (EDS.). **25 Years of Transition Post-Communist Europe and the IMF**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/region/bal/rr/2014/25_years_of_transition.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

The V-Dem Dataset – V-Dem. Disponível em: <<https://v-dem.net/data/the-v-dem-dataset/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ULFELDER, J. Baltic Protest in the Gorbachev Era: Movement Content and Dynamics. **The Global Review of Ethnopolitics**, v. 3, p. 23–43, jun. 2004.

World Development Indicators; Banco Mundial: banco de dados. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 20 mai. 2022

KORHONEN, I. Currency Boards in the Baltic Countries: What Have We Learned? Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1016678>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ZETTELMEYER, J. The Uzbek Growth Puzzle. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 3, p. 274–292, set. 1998.

GRAMONT, C. A. V. G.; SAHAY, R. **Inflation and Stabilization in Transition Economies: A Comparison with Market Economies.** Disponível em: <<https://www.elibrary.imf.org/view/journals/001/1995/008/001.1995.issue-008-en.xml>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

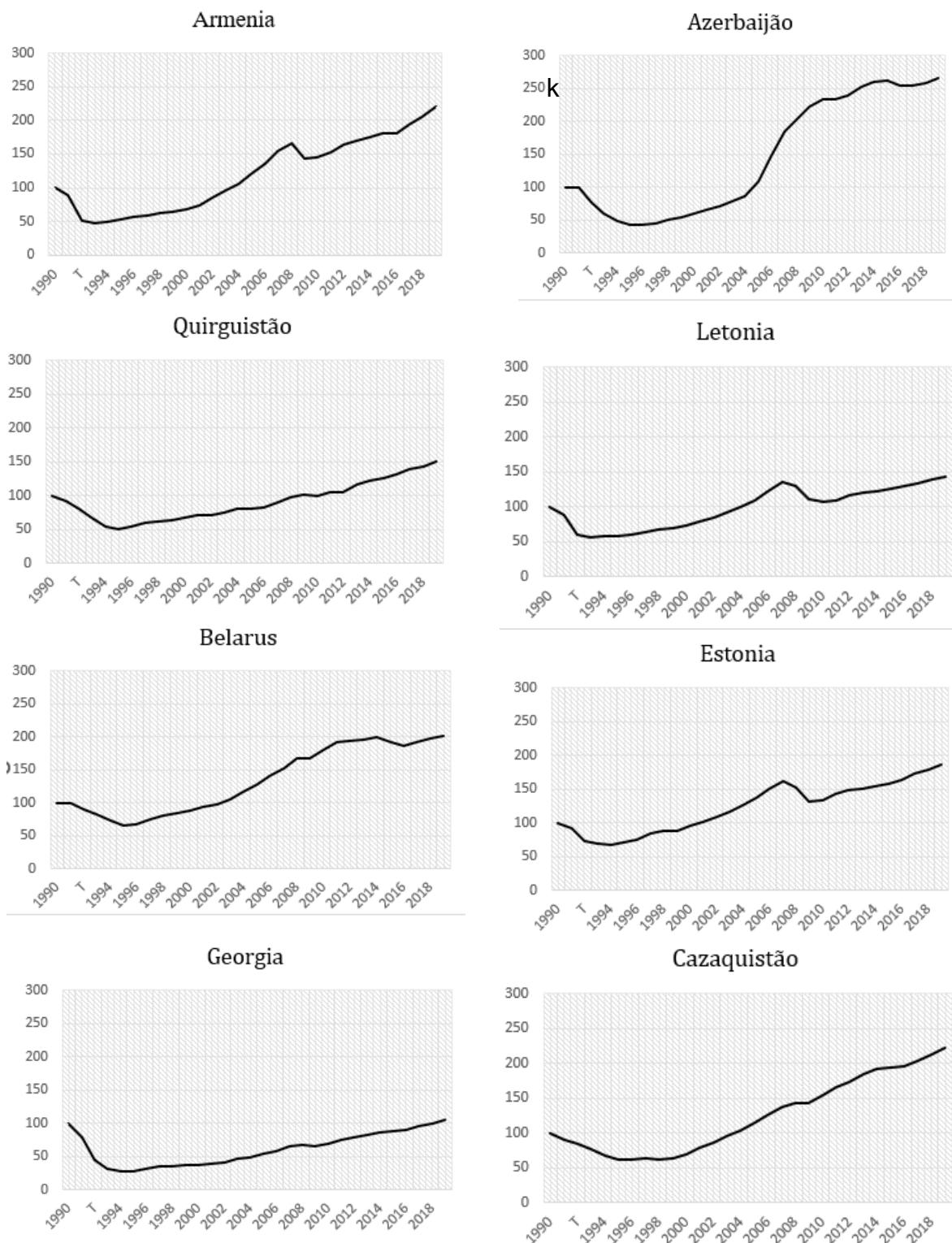
COTTARELLI, C. **Forced Savings and Repressed Inflation in the Soviet Union: Some Empirical Results.** Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=884851>. Acesso em: 20 nov. 2022.

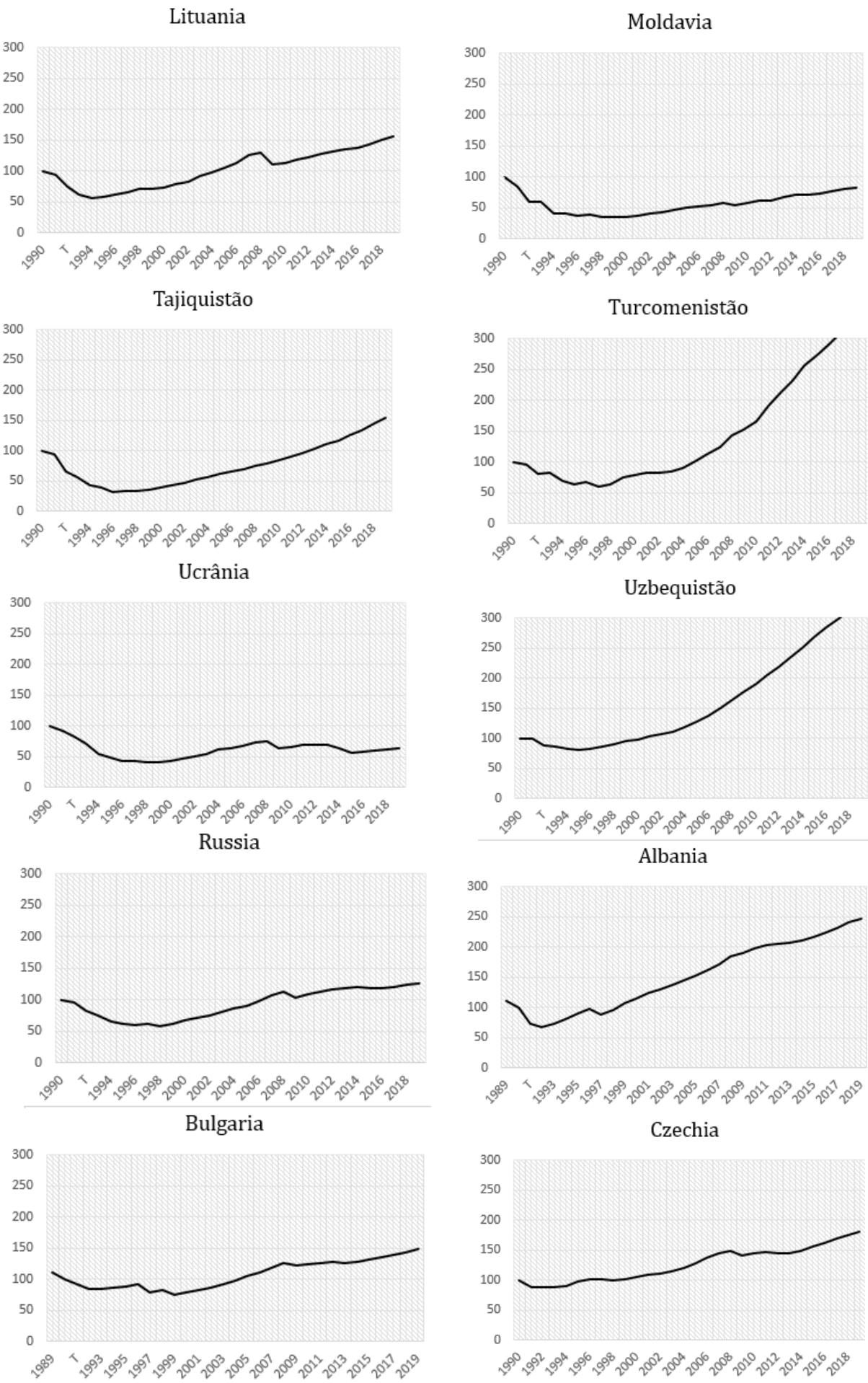
THE WORLD BANK. Trading across Borders - Doing Business - World Bank Group. 2019. Disponível em: <https://archive.doingbusiness.org/en/data/exploretopics/trading-across-borders>. Acesso em: 20 set.. 2022

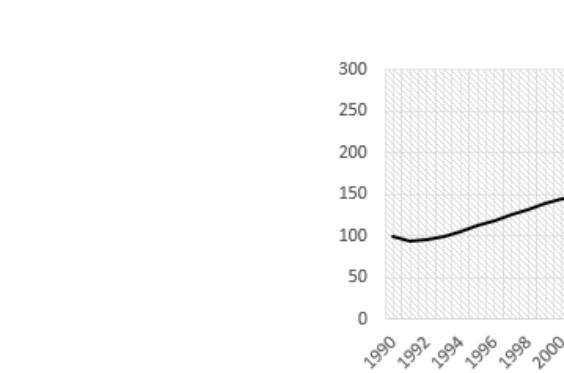
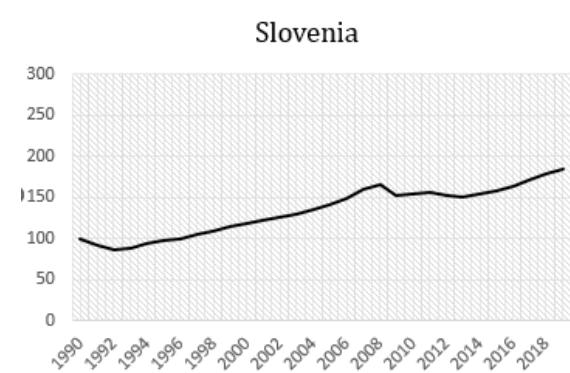
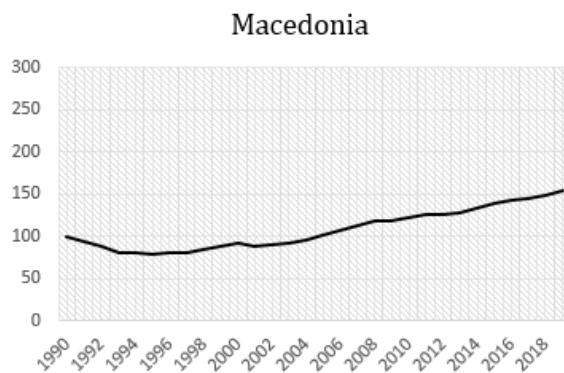
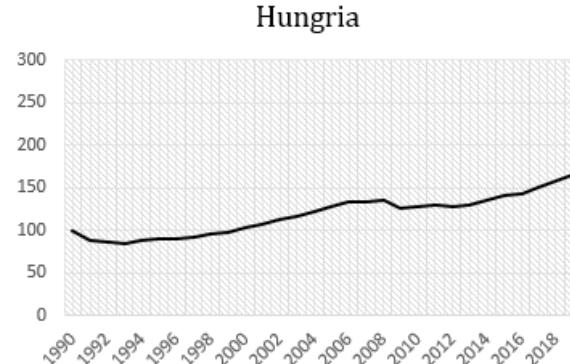
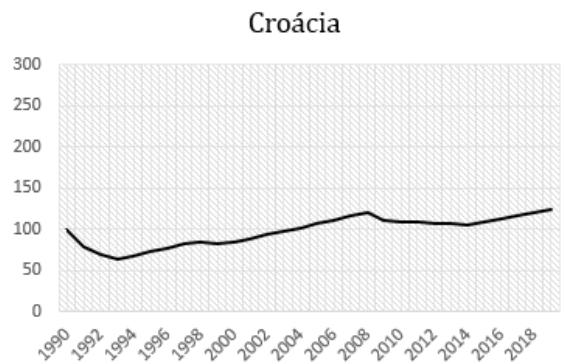
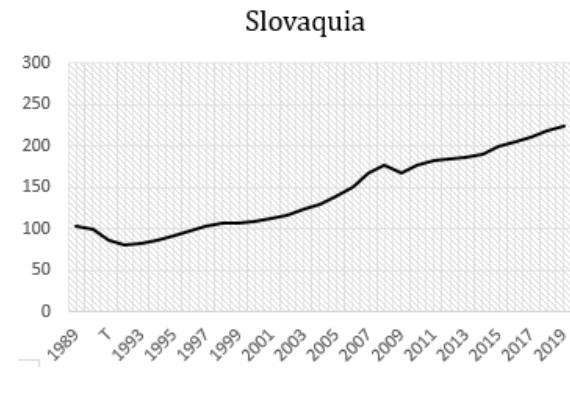
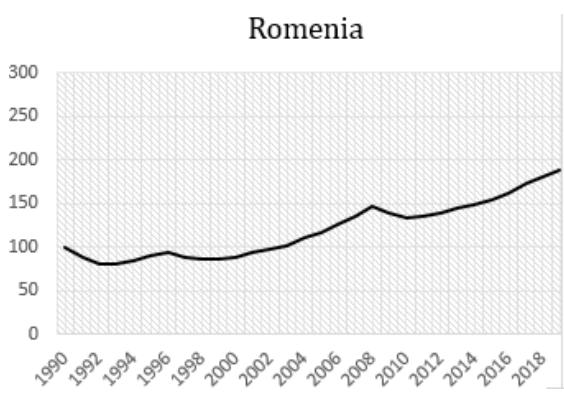
ROSER, M. Human Development Index (HDI). **Our World in Data**, 25 jul. 2014.

APÊNDICE 1 - GRÁFICOS INDIVIDUAIS DE PIB

Fonte: Cálculo do autor com base de dados do World Bank Development Indicators (PIB constante em dólares de 2015)







APÊNDICE 2 - INFLAÇÃO ANUAL POR PAÍS, ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Albânia	226%	85%	23%	8%	13%	33%	21%	0%	0%	3%	8%	0%	2%	2%
Armênia	-	-	3374%	176%	19%	14%	9%	1%	-1%	3%	1%	5%	7%	1%
Azerbaijão	-11%	1128%	1662%	412%	20%	4%	-1%	-9%	2%	2%	3%	2%	7%	10%
Bielorrússia	-	1190%	2221%	709%	53%	64%	73%	294%	169%	61%	43%	28%	18%	10%
Bulgária	91%	73%	96%	62%	122%	1058%	19%	3%	10%	7%	6%	2%	6%	5%
Croácia	625%	1500%	107%	4%	4%	4%	6%	4%	5%	4%	2%	2%	2%	3%
Tchéquia	11%	21%	10%	9%	9%	9%	11%	2%	4%	5%	2%	0%	3%	2%
Estônia	-	90%	48%	29%	23%	11%	8%	3%	4%	6%	4%	1%	3%	4%
Geórgia	-	-	-	163%	39%	7%	4%	19%	4%	5%	6%	1%	6%	8%
Hungria	24%	22%	19%	28%	23%	18%	14%	10%	10%	9%	5%	5%	7%	4%
Cazaquistão	-	-	1877%	176%	39%	17%	7%	8%	13%	8%	6%	6%	7%	8%
Quirguistão	-	-	-	-	32%	23%	10%	37%	19%	7%	2%	3%	4%	4%
Letônia	952%	109%	36%	25%	18%	8%	5%	2%	3%	2%	2%	3%	6%	7%
Lituânia	1021%	410%	72%	40%	25%	9%	5%	1%	1%	1%	0%	-1%	1%	3%
Moldávia	1027%	1614%	486%	30%	24%	12%	8%	39%	31%	10%	5%	12%	13%	12%
Macedônia	-	-	127%	16%	2%	1%	1%	-1%	7%	5%	2%	1%	0%	1%
Romênia	211%	255%	137%	32%	39%	155%	59%	46%	46%	34%	23%	15%	12%	9%
Eslovênia	210%	32%	21%	13%	10%	8%	8%	6%	9%	8%	7%	6%	4%	2%
Eslováquia	10%	23%	13%	10%	6%	6%	7%	11%	12%	7%	3%	9%	8%	3%
Tajiquistão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39%	12%	16%	7%	7%
Ucrânia	-	4735%	891%	377%	80%	16%	11%	23%	28%	12%	1%	5%	9%	14%
Rússia	-	874%	308%	197%	48%	15%	28%	86%	21%	21%	16%	14%	11%	13%
Polônia	46%	37%	33%	28%	20%	15%	12%	7%	10%	5%	2%	1%	3%	2%
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Albânia	2%	3%	3%	2%	4%	3%	2%	2%	2%	4%	0%	2%	2%	1%
Armênia	3%	4%	9%	3%	8%	8%	3%	6%	3%	4%	-1%	1%	3%	1%
Azerbaijão	8%	17%	21%	1%	6%	8%	1%	2%	1%	4%	12%	13%	2%	3%
Bielorrússia	7%	8%	15%	13%	8%	53%	59%	18%	18%	14%	12%	6%	5%	6%
Bulgária	7%	8%	12%	3%	2%	4%	3%	1%	-1%	0%	-1%	2%	3%	3%
Croácia	3%	3%	6%	2%	1%	2%	3%	2%	0%	0%	-1%	1%	2%	1%
Tchéquia	3%	3%	6%	1%	1%	2%	3%	1%	0%	0%	1%	2%	2%	3%
Estônia	4%	7%	10%	0%	3%	5%	4%	3%	0%	0%	0%	3%	3%	2%
Geórgia	9%	9%	10%	2%	7%	9%	-1%	-1%	3%	4%	2%	6%	3%	5%
Hungria	4%	8%	6%	4%	5%	4%	6%	2%	0%	0%	0%	2%	3%	3%
Cazaquistão	9%	11%	17%	7%	7%	8%	5%	6%	7%	7%	15%	7%	6%	5%
Quirguistão	6%	10%	25%	7%	8%	17%	3%	7%	8%	7%	0%	3%	2%	1%
Letônia	7%	10%	15%	4%	-1%	4%	2%	0%	1%	0%	0%	3%	3%	3%
Lituânia	4%	6%	11%	4%	1%	4%	3%	1%	0%	-1%	1%	4%	3%	2%
Moldávia	13%	12%	13%	0%	7%	8%	5%	5%	5%	10%	6%	7%	3%	5%
Macedônia	3%	2%	8%	-1%	2%	4%	3%	3%	0%	0%	0%	1%	1%	1%
Romênia	7%	5%	8%	6%	6%	6%	3%	4%	1%	-1%	-2%	1%	5%	4%
Eslovênia	2%	4%	6%	1%	2%	2%	3%	2%	0%	-1%	0%	1%	2%	2%
Eslováquia	4%	3%	5%	2%	1%	4%	4%	1%	0%	0%	-1%	1%	3%	3%
Tajiquistão	10%	13%	20%	6%	6%	12%	6%	5%	6%	6%	6%	-	-	-
Ucrânia	9%	13%	25%	16%	9%	8%	1%	0%	12%	49%	14%	14%	11%	8%
Rússia	10%	9%	14%	12%	7%	8%	5%	7%	8%	16%	7%	4%	3%	4%
Polônia	1%	2%	4%	4%	3%	4%	4%	1%	0%	-1%	-1%	2%	2%	2%

Fonte: Elaboração do autor com base de dados do World Bank Development Indicators (Inflation, consumer prices (annual %)).